PERSPECTIVAS DOS ESTUDOS SOBRE AS APOSTA ONLINE E JOGOS DE AZAR NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

PERSPECTIVES OF STUDIES ON ONLINE BETTING AND GAMBLING IN BRAZIL: INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

Lucas Felipe Tertulino Oliveira

Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: lucastertulino@hotmail.com

Rayssa de Sousa Santos

Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: rayssasantoscontadora@gmail.com

João Carlos Hipolito Bernardes Reis

Doutor em Contabilidade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: joahipolito@ufpi.edu.br

Mauricio Mendes Boavista de Castro

Doutor em Administração, Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: mauricioboavista@ufpi.edu.br

Maria de Lourdes de Melo Salmito Mendes

Doutor em Administração, Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: admsalmito@ufpi.edu.br

Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva

Doutor em Educação, Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: Kelsen@ufpi.edu.br

Recebido: 01/04/2025 – Aceito: 15/04/2025

Resumo

O presente estudo revisou o estado da arte da pesquisa sobre as casas de apostas no Brasil, com o objetivo de identificar contribuições, lacunas e propor uma agenda de pesquisa relevante ao contexto nacional. Por meio de uma revisão integrativa de 22 estudos publicados entre 2020 e 2024, foi possível mapear os principais temas investigados, incluindo a regulamentação do setor, os impactos econômicos, sociais e psicológicos das apostas, bem como questões relacionadas à responsabilidade civil e ao comportamento dos apostadores. Os resultados evidenciam avanços significativos na compreensão dos desafios e oportunidades associados ao mercado de apostas, especialmente após a implementação das Leis nº 13.756/2018 e nº 14.790/2023. No entanto, persiste uma lacuna entre o desenvolvimento de políticas regulatórias e a mitigação dos impactos negativos, como o endividamento de jogadores e o aumento da vulnerabilidade social. Além disso, foi constatada a necessidade de estudos que explorem a interação entre regulamentação, educação

financeira e proteção ao consumidor. Este trabalho destaca a relevância de uma agenda de pesquisa que amplie o entendimento sobre as especificidades regionais e culturais do mercado brasileiro, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes

Palavras-chave: Apostas. Jogos Online. Tributação. Vícios. Estado da Arte.

ABSTRACT

This study reviewed the state of the art of research on betting houses in Brazil, with the aim of identifying contributions and gaps, and proposing a research agenda relevant to the national context. Through an integrative review of 22 studies published between 2020 and 2024, it was possible to map the main themes investigated, including the regulation of the sector, the economic, social, and psychological impacts of betting, as well as issues related to civil liability and bettor behavior. The results show significant advances in understanding the challenges and opportunities associated with the betting market, especially after the implementation of Laws No. 13,756/2018 and No. 14,790/2023. However, there is still a gap between the development of regulatory policies and the mitigation of negative impacts, such as player indebtedness and increased social vulnerability. In addition, the need for studies that explore the interaction between regulation, financial education, and consumer protection was identified. This work highlights the relevance of a research agenda that broadens understanding of the regional and cultural specificities of the Brazilian market, contributing to the formulation of more inclusive and effective public policies.

Keywords: Betting. Online Games. Taxation. Addictions. State of the Art.

1. Introdução

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), conhecida como a 'Constituição Cidadã', representou um marco na história do Brasil ao consolidar direitos fundamentais e promover a inviolabilidade das liberdades individuais e coletivas. Nesse sentido, a Carta Magna trouxe avanços significativos na garantia de direitos sociais, trabalhistas e humanos, refletindo os anseios de uma sociedade que emergia do regime autoritário em busca de democracia plena.

Entre seus principais destaques estão os direitos à saúde, educação, segurança, moradia e previdência social, além de disposições específicas para a proteção de grupos vulneráveis, como mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência. A CF/88 também estabeleceu bases para a dignidade da pessoa humana e o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e justa, reafirmando o compromisso com os princípios da cidadania e da solidariedade.

Com efeito, destaca-se o art. 1º da CF/1988, que estabelece como fundamentos do Estado “a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político”. Observa-se, portanto, que a Constituição Cidadã também trouxe avanços e garantias para as relações trabalhistas (Brasil, 1988).

Além disso, o art. 5º da Carta Magna, que trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assim dispõe:

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (Brasil, 1988).

Por sua vez, o inciso III do mesmo artigo preleciona: “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. E, ainda, seu inciso X, que trata sobre danos morais e materiais, determina: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (Brasil, 1988).

A partir disso, aponta-se que tais garantias estão intrinsecamente ligadas ao princípio da dignidade da pessoa humana, considerado o eixo central da CF/88, que orienta a promoção de uma sociedade em que todos os indivíduos sejam tratados de forma igualitária, assegurando o reconhecimento de sua qualidade como cidadãos ativos e participantes.

No que diz respeito à promoção dos valores sociais do trabalho, em 1999, o Brasil formalizou seu compromisso com a promoção do trabalho decente ao aderir à agenda da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reafirmando sua responsabilidade em alinhar suas políticas laborais aos padrões globais, cuja definição, segundo esse organismo internacional, é de um “trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna.

De acordo esta definição, trabalho decente consiste na oferta de oportunidades para que homens e mulheres desempenhem atividades produtivas em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. Esse conceito integra a geração de empregos formais, a garantia de direitos fundamentais no trabalho, a ampliação da proteção social e o fortalecimento do diálogo social como pilares essenciais (Abramo, 2006).

Nesse contexto, é crucial destacar que o assédio moral, independentemente de sua forma, configura, do ponto de vista jurídico, moral e ético, uma grave violação ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana. Essa conduta prejudica severamente a integridade psíquica, emocional e moral da vítima, afetando seu bem-

estar e limitando sua capacidade de se envolver de maneira plena na vida em sociedade (Brochado, 2023).

Nota-se, portanto, que o princípio da Dignidade Humana transcende o âmbito do mundo do trabalho, e abrange todas as esferas da vida social, política e econômica. Além disso, pressupõe-se que a dignidade humana não apenas seja protegida, mas também promovida em todas as instâncias, desde o acesso aos direitos básicos até a participação efetiva na transformação da realidade coletiva (Vargas, 2021).

Nesse sentido, a dignidade humana, enquanto princípio basilar dos sistemas jurídicos contemporâneos, exige a proteção intransigente contra qualquer forma de degradação ou humilhação, independentemente do contexto. O assédio moral, ao violar esse princípio, não apenas desrespeita o indivíduo em sua essência, mas também desafia os fundamentos éticos e normativos que sustentam uma sociedade justa, solidária e inclusiva (Brochado, 2023).

Diante do exposto, se mostra como problema de pesquisa para nortear o presente trabalho o seguinte questionamento: **Que aspectos estão relacionados à saúde ocupacional de servidores públicos?**

A partir dessas considerações preliminares, este trabalho tem como objetivo identificar os principais aspectos relacionados à saúde ocupacional dos servidores públicos, com ênfase nos temas de Dignidade Humana, Assédio Moral e Satisfação no Trabalho.

Como justificativa, verifica-se conforme Palazzo, Carlotto e Aerts (2012), muitas organizações enfrentam desafios como problemas burocráticos, centralização das decisões e influências político-partidárias, que afetam comportamentos, decisões e relações interpessoais no ambiente laboral. Tais condições frequentemente geram desequilíbrios individuais e coletivos, com impactos negativos tanto nas relações de trabalho quanto na vida pessoal dos servidores.

Nesse contexto, o problema ainda carece de respostas e soluções por parte da legislação brasileira. Ademais, na literatura ainda são poucas as referências sobre o processo de intervenção nestes casos, embora no cotidiano organizacional seja possível observar a busca por soluções, tanto visando ao enfrentamento, como a prevenção.

Assim, se torna importante discutir sobre o planejamento e implementação de políticas e ações que previnam o adoecimento dos trabalhadores nas organizações públicas, que promovam a qualidade de vida no trabalho, fortaleçam os vínculos interpessoais e garantam o desempenho saudável de suas funções.

Finalmente, A importância de investigar a relação entre satisfação no trabalho e assédio moral já era evidenciada por estudos como os de Aquino (2000) e Aquino e Byron (2002), que mostram que o assédio moral está associado a sentimentos negativos, como medo e ansiedade, e a uma diminuição da satisfação no trabalho, afetando diretamente o desempenho das vítimas.

2. Revisão da Literatura

2.1 Evolução da Legislação sobre Jogos de Azar no Brasil

No Brasil, a partir da Lei nº 3.688/1941 em seu artigo 50, os jogos de azar passaram a ser criminalizados com justificativas baseadas em argumentos éticos e religiosos, além de associações entre as atividades de jogo e práticas criminosas (Mota, Padilha, 2024). Contudo, de acordo com Junior et al (2024), apesar dessa proibição, iniciada com o fechamento dos cassinos e outros estabelecimentos, ocorreu o surgimento de mercados clandestinos frequentemente associados ao controle de organizações criminosas, com destaque para o jogo do bicho.

Todavia, o debate sobre a legalização de cassinos e outras modalidades de jogos retornou esporadicamente, muitas vezes vinculado a propostas econômicas. Um grande exemplo foi a regulamentação de bingos e vídeo bingos, por meio da Lei Zico (Lei nº 8.672/1993) e, posteriormente, da Lei Pelé (Lei nº 9.615/1998) (Batista et al, 2022), durante o governo Fernando Henrique Cardoso, marcando um breve período de permissividade. Contudo, escândalos de corrupção levaram à revogação dessas permissões em 2004 (Júnio et al., 2024).

Atualmente, o Brasil busca alinhar-se às tendências globais de regulação, como observado em outros países. Diante disso, um dos principais passos dados pelo país foi a aprovação do Projeto de Lei nº 3.626/2023, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e convertido na Lei nº 14.790/2023.

Essa legislação legaliza as apostas esportivas online e em estabelecimentos físicos, permitindo que empresas privadas operem apostas de quota fixa no Brasil.

No entanto, apesar da regulamentação das apostas esportivas, a Lei nº 14.790/2023 não contempla a exploração de outros jogos de azar, como a criação de cassinos no território nacional (Marinho e Gomes, 2024; Rasteli e Santos, 2024).

Para preencher essa lacuna, tramita atualmente no Senado o Projeto de Lei nº 2.234/2022, que busca regulamentar a exploração de cassinos em todo o território nacional. O texto estabelece as modalidades de jogos e apostas que poderão ser permitidas, incluindo jogos de cassino, bingo, videobingo, apostas turfísticas e até o jogo do bicho (BRASIL, 2022).

A tramitação desse PL no Senado, reflete a importância da decisão a ser tomada pelos legisladores em definir a regulamentação e as formas de operação dos jogos de azar, o que poderá alterar significativamente o cenário econômico e social relacionado a essa indústria. Portanto, essa decisão não só moldará o futuro imediato dos jogos no Brasil, como também estabelecerá as bases para o funcionamento de cassinos e outras modalidades de apostas de forma estruturada e supervisionada pelo poder público.

2.2 Levantamento dos estudos

Inicialmente, torna-se importante destacar a tendência de estudos acadêmicos sobre o cenário das apostas online no Brasil analisadas no período de 2020 a 2024. Regulamentação e legalização foram o foco das pesquisas, com mais de 40% dos artigos analisados, isso revela a preocupação da academia em preencher lacunas legislativas de forma a equilibrar os benefícios econômicos e sociais da regulamentação com a mitigação dos riscos e desafios associados.

Os estudos publicados seguem ainda em 23% para os impactos (sociais, econômicos e psicológicos) associados às apostas. Outros temas de menor expressividade, como o desvio de recursos de programas sociais para jogos de azar, responsabilidade civil dos influenciadores digitais que divulgam casas de apostas em suas redes sociais e a exigibilidade da dívida gerada nas atividades somam, aproximadamente, 36%.

Após apresentação da metodologia utilizada, serão discutidos os estudos que apresentaram como foco a investigação nas categorias com maior relevância em termos de publicação nas bases analisadas no período selecionado:

Regulamentação e legalização das apostas online no Brasil e os impactos associados à essa atividade. Por fim, são apresentados os demais estudos que se detiveram na análise de temas diversos, mas que se mostraram de suma importância para o entendimento e desenvolvimento das questões relacionadas ao fenômeno.

3 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Conforme Souza, Silva e Carvalho (2010), este tipo de estudo consiste na abordagem metodológica referente às revisões por permitir a inclusão de diferentes tipos de estudos e evidências presentes na literatura científica para a compreensão completa de um determinado fenômeno de interesse.

A revisão integrativa foi norteada pela seguinte questão: quais são as principais perspectivas, contribuições e lacunas na literatura acadêmica brasileira sobre as casas de aposta no Brasil, considerando os impactos regulatórios desse fenômeno? Essa pergunta serviu como o eixo central para a seleção e análise dos estudos.

Para assegurar a qualidade e a relevância dos estudos selecionados, foram incluídos trabalhos publicados entre os anos 2020 e 2024, disponíveis em português ou inglês, que tratassem de aspectos relacionados às casas de aposta no Brasil, como regulamentação, impactos econômicos, sociais e psicológicos, e comportamento dos consumidores. Além disso, consideraram-se artigos científicos, dissertações, teses e relatórios técnicos que apresentassem fundamentação teórica e/ou empírica. Estudos duplicados, materiais opinativos sem base científica e publicações que não apresentassem informações suficientes para avaliação foram excluídos.

As buscas foram realizadas em bases de dados científicas de ampla relevância, como Google Scholar, Scielo e Spell. A estratégia de busca baseou-se em palavras-chave combinadas, como: "Apostas", "Jogos", "Online", "Tributação", "Aspectos Econômicos", "Aspectos Sociais", "Aspectos Psicológicos", "Vícios". Essa abordagem permitiu localizar um conjunto representativo de estudos pertinentes ao tema.

A condução de seleção ocorreu em duas etapas: i) Realização de uma triagem inicial, com a leitura de títulos e resumos, para identificar os estudos que atendiam aos critérios de inclusão; e ii) Realização da leitura integral dos textos selecionados, para confirmar o enquadramento do tema e relevância para a revisão.

Torna-se importante destacar que a busca utilizada foi ampla e resultou em 162 títulos (96 do Google Scholar, 58 da Scielo e 8 da Spell). Destes, 109 foram excluídos após a análise do resumo. Dos 53 restantes, 30 foram descartados por duplicidade ou por fuga ao tema e 1 por não ter sido produzido no Brasil.

Portanto, apenas 22 artigos tiveram seus textos lidos na íntegra e foram elegíveis para o estudo, conforme reportado no Quadro 1:

Quadro 1: Revisão de Literatura Empírica Correlata

Autor/Ano	Fenômeno Analisado	Resultados
Camargo (2020)	Viabilidade e impacto da legalização dos jogos de azar e cassinos no Brasil.	O estudo mostrou Legalização pode gerar empregos e aumentar turismo, mas apresenta riscos como vício e lavagem de dinheiro. Proposta de regulamentação para reduzir impactos negativos.
Silveira (2020)	Arrecadação e despesas públicas com a regulamentação dos jogos de azar.	Proposta de regulamentação para aumentar receitas fiscais e equilibrar despesas públicas, considerando experiências internacionais em Macau e Nevada.
Silva et al. (2022)	Responsabilidade civil e penal de influenciadores digitais em publicidades online.	Influenciadores têm responsabilidade solidária e objetiva por publicidades que causem danos, sendo equiparados a fornecedores pelo Código de Defesa do Consumidor.
Araújo et al. (2023)	Benefícios potenciais da legalização dos jogos de azar no Brasil.	A pesquisa mostra que legalização pode gerar aumento de receitas tributárias, criação de empregos e desenvolvimento do turismo. É destacada a importância de uma estrutura regulatória que minimize danos sociais e maximize benefícios econômicos.
Menezes (2023)	Necessidade de regulamentação e tributação das apostas esportivas online.	Como resultado, o estudo mostra que a Regulamentação pode coibir possíveis práticas como a manipulação de resultados e evasão fiscal, além de garantir maior proteção ao apostador.
Parente (2023)	Regulamentação e tributação das apostas esportivas.	Medida Provisória 1.182/23 e PL 3.626/23 refletem a necessidade urgente de regulamentação, com benefícios fiscais e combate à lavagem de dinheiro.
Vital et al. (2023)	Benefícios socioeconômicos da regulamentação das apostas esportivas no Brasil.	Lei 13.756/18 trouxe aumento na arrecadação fiscal e geração de empregos, mas ainda há necessidade de expandir regulamentações.
Marçal (2023)	Responsabilidade civil de influenciadores digitais na divulgação de jogos de azar online no Brasil.	Influenciadores podem ser responsabilizados por publicidades enganosas ou omissão de riscos, devido ao impacto direto no comportamento dos consumidores e possível violação do CDC.

Silva (2023)	(In)exigibilidade das dívidas oriundas de contratos de apostas esportivas online.	As dívidas de apostas online são juridicamente inexigíveis, salvo as regulamentadas por Lei (ex.: Lei nº 13.756/2018). A falta de regulamentação aumenta a insegurança jurídica.
Zini (2023)	Legalidade dos jogos e apostas no Brasil e a cobrança de dívidas decorrentes dessas práticas.	Dívidas de jogos ilícitos e tolerados são inexigíveis, mas jogos permitidos são exigíveis. Confirma-se a cobrança de dívidas contraídas no exterior, mesmo se a prática for ilegal no Brasil.
Almeida (2024)	A legalidade das apostas esportivas on-line no Brasil e seus impactos econômicos e sociais.	A regulamentação dessas apostas traz benefícios como aumento de receitas e impostos, apoio ao esporte e marketing esportivo. No entanto, é necessário controle e fiscalização eficazes para mitigar riscos como vício em jogos.
Araújo (2024)	Perfil e comportamentos de apostadores em jogos esportivos e cassinos online em Naviraí (MS).	A maioria dos apostadores tem entre 18-34 anos, renda baixa, com destaque para a participação feminina (56%). Identificou-se risco de endividamento e necessidade de regulamentação para proteger os apostadores.
Carvalho (2024)	Impacto das apostas esportivas nas finanças pessoais em Florianópolis.	Apostas esportivas afetam negativamente finanças pessoais, com alta prevalência de decisões impulsivas. Destaca-se a necessidade de educação financeira para mitigar danos.
Cavalcante (2024)	Reflexões sobre a busca por excitação em apostas esportivas.	Apostadores buscam excitação como forma de lazer, mas o mercado apresenta riscos como manipulação de resultados e problemas financeiros. Há necessidade de mais estudos locais sobre impactos no Brasil.
Gomes (2024)	Regulamentação legal de cassinos online e apostas esportivas no Brasil.	A Lei 14.790/23 regula apostas esportivas, com lacunas quanto a cassinos online, dificultando a proteção ao consumidor e a arrecadação de impostos.
Júnior et al. (2024)	Relação do Estado brasileiro com jogos de azar e o impacto da regulamentação.	Regulamentação traz benefícios econômicos como aumento de impostos e empregos, mas também desafios sociais, como vício em jogos e criminalidade associada.
Laves (2024)	Impacto do envolvimento em jogos de azar entre estudantes do ensino médio de Manaus.	Como resultados obtidos, teve-se que 61,7% dos alunos participaram de jogos de azar. A pesquisa sugere a inclusão de educação financeira no currículo escolar para evitar decisões financeiras ruins.
Marinho e Gomes (2024)	Riscos e desafios da regulamentação de casas de apostas online no Brasil.	Regulamentação pode mitigar práticas ilegais e evasão fiscal, mas enfrenta desafios como o vício em jogos e dificuldades em estabelecer uma tributação eficiente.
Mota e Padilha (2024)	Histórico legal e impacto econômico-social da legalização dos jogos de azar.	Legalização poderia gerar receitas significativas, mas há desafios como controle da ludopatia e regulamentação adequada.
Rasteli e Santos (2024)	Legalidade dos jogos de azar online no Brasil.	Há lacunas legislativas que dificultam a aplicação da Lei de Contravenções Penais, expondo os jogadores a riscos financeiros e sociais.
Souza (2024)	Responsabilidade civil de influenciadores digitais em publicidades de jogos de azar online.	Influenciadores podem ser responsabilizados por publicidade manipulada ou omissão de informações essenciais, considerando o impacto em consumidores e jurisprudência do STJ.
Cavalcante e Xavier	Desvio de recursos de programas sociais para	Embora programas sociais reduzam a pobreza, desvios comprometem sua eficácia. Propõem-se

(2024)	atividades impróprias, como jogos de azar e consumo de álcool.	maior fiscalização, educação financeira, e assistência psicológica para mitigar o problema.

Fonte: desenvolvido pelos autores.

Conforme pode ser observado no Quadro 1, os estudos analisados exploram uma grande variedade de fenômenos sobre as casas de apostas no Brasil, indo desde os impactos econômicos até os sociais e regulatórios. Muitos autores destacam os pontos positivos da regulamentação, como o aumento de receitas fiscais, a criação de empregos e o crescimento do turismo (Camargo, 2020; Araújo et al., 2023). Porém, eles também chamam atenção para riscos graves, como o vício em jogos, a lavagem de dinheiro e a manipulação de resultados (Menezes, 2023; Cavalcante, 2024).

Outro aspecto importante apontado é a responsabilidade dos influenciadores digitais na promoção de jogos de azar. Esses estudos mostram como as ações desse novo tipo de “celebridade” podem ter impactos negativos nos consumidores, especialmente quando falta transparência (Silva et al., 2022; Souza, 2024). Além disso, o tema da educação financeira aparece repetidamente como algo essencial para ajudar as pessoas, principalmente os jovens, a entenderem os riscos e tomarem decisões mais conscientes sobre apostas (Laves, 2024; Carvalho, 2024).

4. Resultados e Discussão

4.1 Legalização e regulamentação e seus impactos

O debate sobre a regulamentação dos jogos de azar e apostas online no Brasil é complexo, envolvendo aspectos jurídicos, econômicos, sociais e culturais. Ele gira em torno de pontos como a tributação, a criação de um sistema regulatório eficaz e os impactos sociais decorrentes da prática. Há uma clara divisão entre aqueles que veem na legalização uma oportunidade de geração de receita e controle, e aqueles que a consideram eticamente inadequada e potencialmente prejudicial.

Revisando criticamente as experiências internacionais de Macau, Portugal e Nevada (EUA) para investigar como os jogos de azar podem ser regulamentados no Brasil, Silveira (2020) analisou os impactos econômicos e sociais dessa atividade por meio de uma abordagem interdisciplinar, que combinou Direito Financeiro,

Direito Tributário e estudos legislativos e doutrinários, identificando mecanismos para arrecadar receitas e mitigar despesas. Como conclusão, o autor defende que a regulamentação dos jogos de azar, embora deva ser uma decisão amparada também por critérios políticos e sociais, pode representar um avanço econômico significativo para o Brasil, desde que acompanhada de instrumentos tributários adequados e políticas públicas destinadas a minimizar os impactos sociais adversos.

Camargo (2020) destaca esse debate no Senado brasileiro sobre a legalização dos jogos de azar, evidenciando uma divisão entre parlamentares que enxergam o potencial econômico dessa medida e aqueles que a rejeitam por motivos éticos e sociais. O autor observa que a resistência à legalização está fundamentada, principalmente, no temor de um aumento no número de jogadores patológicos e na intensificação da lavagem de dinheiro. Por outro lado, os defensores argumentam que a regulamentação pode oferecer soluções para esses desafios e pode contribuir para a resolução de questões econômicas e sociais a longo prazo.

O autor ressalta ainda que, embora as apostas sejam proibidas no Brasil, isso não impede que os brasileiros continuem usufruindo de cassinos online. Com essa proibição, muitos apostadores encontraram outros meios de manter a prática, optando por plataformas estrangeiras para continuar jogando.

Essa perspectiva é corroborada por Vital et al. (2023) ao analisarem o impacto da Lei 13.756 de 2018, que dispõe sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominadas apostas de quota fixa. Segundo os autores, essa ausência de regras claras tem levado muitos brasileiros a recorrerem a plataformas internacionais, onde as apostas são regulamentadas. Tal fuga para fora do país não apenas desvia recursos que poderiam ser destinados a investimentos sociais, mas também dificulta o controle do governo sobre o mercado, aumentando os riscos para os consumidores. Embora concluam que a lei 13.756/18 foi um marco importante, especialmente por conta do impacto socioeconômico significativo gerado pela liberação dessa modalidade, eles destacam que a falta de uma regulamentação

mais ampla, que contemple também os jogos de azar, acaba prejudicando tanto a segurança jurídica dos apostadores quanto a arrecadação de impostos no país.

Ao propor uma análise mais ampla e detalhada do ordenamento jurídico brasileiro, explorando não apenas a Lei 13.756/18, mas também outros marcos legislativos, como a Medida Provisória 1.182/23 e o Projeto de Lei 3.626/23, Parente (2023) buscou compreender os efeitos da ausência de regulamentação abrangente, que, segundo o autor, resulta em riscos como manipulação de resultados, lavagem de dinheiro e vício em jogos de azar. O autor também comparou o cenário nacional com o de outras nações que possuem legislações avançadas, como Reino Unido e Espanha, observando que o atraso brasileiro em relação a outros países é uma oportunidade para aprender com legislações já consolidadas, adaptando as melhores práticas ao contexto local. Nessa linha, Parente conclui que a regulamentação das apostas esportivas é essencial para o Brasil, tanto do ponto de vista econômico quanto social. De forma semelhante a Vital et al. (2023), ele ainda argumenta que, embora o país tenha dado passos importantes, como a Lei 13.756/18, ainda existem lacunas significativas que precisam ser preenchidas.

Nessa perspectiva, Menezes (2023) contribui para a temática ao identificar uma dessas lacunas. Embora já exista legislação vigente contra os jogos de azar, como o artigo 50 da Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 9.215/46), que proíbe a exploração desse tipo de atividade no Brasil, a referida autora apontou em seu estudo que o Decreto de 1946 focava exclusivamente na proibição de locais físicos para apostas, já que, na época, os meios virtuais simplesmente não existiam. Com a evolução tecnológica, as apostas esportivas online acabaram ficando sem regulamentação específica, criando uma vulnerabilidade jurídica nesse cenário.

Rasteli e Santos (2024) reforçam que a dificuldade de aplicar a Lei de Contravenções Penais aos jogos de azar online está relacionada à ausência de legislação específica e à localização de provedores fora do território nacional. Os autores destacam que, embora alguns especialistas defendam que o artigo 50 supracitado também se aplique às apostas virtuais, a jurisprudência brasileira ainda é omissa sobre o tema. Isso implica desafios adicionais, como a falta de proteção aos consumidores que sofrem prejuízos ou dependência patológica. Assim,

concluem que a solução para essa questão exige um ajuste legislativo no conceito de jogos de azar, visando definir claramente o alcance das proibições e penalidades.

Por outro lado, ao realizar um levantamento histórico com base em uma pesquisa bibliográfica e documental, Junior, Shockness e Azevedo (2024) destacam que ainda persiste uma forte resistência de grupos religiosos e setores da sociedade que temem os potenciais impactos sociais da legalização. A pesquisa revela uma série de preocupações levantadas por esses grupos para justificar sua posição contra a regularização, como o risco de vício, a destruição de famílias, o aumento da criminalidade e o sofrimento individual, especialmente entre as camadas mais pobres e vulneráveis da população. Esses indivíduos, segundo os autores, seriam os mais afetados por problemas como endividamento, transtornos mentais, isolamento social e, em casos extremos, até suicídio. Diante disso, os autores concluem que é crucial a inclusão de diferentes atores sociais no debate, como organizações da sociedade civil e especialistas em saúde mental, para assegurar uma abordagem mais ampla, equilibrada e responsável sobre o tema.

Gomes (2024) afirma que a recente promulgação da Lei 14.790/2023, desdobramento da PL 3626/2023, que regulamenta as apostas de quota fixa em eventos esportivos reais e virtuais, traz novos contornos ao debate sobre a regulamentação de apostas no Brasil. Ao longo de sua pesquisa, ao explorar as determinações trazidas por esse novo dispositivo, o autor verifica que, embora essa legislação represente um esforço significativo para formalizar o setor e ampliar a arrecadação tributária, ela ainda é limitada em seu escopo, pois regular apenas o funcionamento dos jogos online e físico no formato quota fixa, sendo silente para eventual sanção em decorrência dos outros formatos de jogos de azar e apostas.

A conclusão de Gomes fortalece o ponto de vista dos autores acima mencionados porquanto a necessidade urgente de implementar uma regulamentação abrangente e eficaz para o setor de cassinos online no Brasil. A ausência de legislação específica não apenas fomenta a prática ilegal, mas também desencadeia uma série de problemas de ordem jurídica, econômica e social (Camargo, 2020; Vital et al. 2023; Rasteli e Santos, 2024).

De forma análoga, ao explorar os impactos das exigências impostas pela Lei nº 14.790/2023 sobre as operadoras de apostas esportivas online, Almeida (2024)

destaca os benefícios econômicos e sociais trazidos pela regulamentação, incluindo, principalmente, o aumento da arrecadação tributária e a geração de empregos diretos e indiretos. Ele enfatiza que a obrigatoriedade de sistemas auditáveis e a comunicação de suspeitas de manipulação de resultados fortalecem a integridade do mercado. No entanto, alerta para os desafios relacionados ao impacto do mercado de apostas sobre a economia doméstica e a possibilidade de endividamento em famílias de baixa renda, propondo a criação de políticas públicas voltadas para a educação financeira e a conscientização sobre os riscos do jogo, como forma de equilibrar os benefícios econômicos com a proteção social.

Marinho e Gomes (2024) corroboram essas observações ao analisarem os prós e contras em um espectro mais amplo. Os autores defendem a regularização de outras modalidades, como cassinos e jogos de azar, destacando um ciclo virtuoso de investimentos, especialmente em setores relacionados à construção civil e à hotelaria, criando oportunidades de desenvolvimento do turismo e da economia regional. Eles destacam que a destinação de recursos arrecadados para áreas como educação e saúde também tem o potencial de reforçar a aceitação social do mercado regulado, mitigando parte das resistências éticas e culturais associadas ao tema.

Tais impactos econômicos apresentados pelos autores, confirmam o estudo anterior de Araújo, Silva e Acioli (2023), que revelou que a criação de novos empreendimentos e a atração de turistas interessados em jogos de azar, impulsionariam o setor de entretenimento e turismo, gerando empregos e oportunidades de negócios.

Por outro lado, Marinho e Gomes também alertam para os custos sociais que podem advir do crescimento do mercado de apostas. Eles traçam paralelos com outras indústrias regulamentadas, como o tabaco, onde os custos sociais relacionados aos danos à saúde frequentemente superam a arrecadação tributária. Nesse sentido, os autores defendem a criação de um marco regulatório robusto, que combine medidas de prevenção ao vício, como limites de apostas e programas de autoexclusão, com o fortalecimento de campanhas de conscientização sobre os riscos associados ao jogo.

Por sua vez, no âmbito dos impactos sociais, Araújo, Silva e Acioli (2023) complementam seus resultados ao enfatizarem a necessidade de campanhas de conscientização que eduquem a população sobre os riscos do jogo, além de programas voltados ao apoio de jogadores compulsivos. Para esses autores, a destinação de parte da arrecadação do setor para financiar iniciativas sociais seria essencial para equilibrar os benefícios econômicos da regulamentação com a proteção dos mais vulneráveis, promovendo um ambiente de maior segurança e responsabilidade.

Mota e Padilha (2024) avaliaram a potencial transformação que a regulamentação e a legalização dos jogos poderiam trazer para o cenário socioeconômico do país. Através de uma análise histórica e jurídica, revelaram que a clandestinidade atual dos jogos de azar não apenas priva o Estado de uma importante fonte de receita, mas também dificulta o controle de práticas ilegais associadas, como lavagem de dinheiro. Nesse sentido, os autores argumentam que a regulamentação do setor tem o potencial de gerar uma arrecadação anual estimada entre 15 e 20 bilhões de reais, recursos que poderiam ser direcionados para áreas prioritárias, como saúde e educação, podendo ainda contribuir para a redução de crimes associados aos jogos clandestinos, como lavagem de dinheiro e manipulação de resultados, além de trazer mais transparência para as atividades relacionadas.

Ao relacionarem os resultados da investigação com os impactos potenciais da legalização, os autores concluíram que o desafio está em equilibrar a liberdade econômica e individual com a proteção da sociedade. Embora os benefícios econômicos sejam expressivos, os autores enfatizam que a legalização deve ser acompanhada de uma estrutura regulatória eficaz, garantindo que o desenvolvimento do setor não resulte em prejuízos sociais, como o possível aumento dos casos de ludopatia, ou jogo patológico, e problemas financeiros consequentes da tendência ao vício, um dos principais desafios sociais associados à legalização dos jogos de azar no Brasil.

Nesse sentido, ao analisar o envolvimento de estudantes do 3º ano do ensino médio de escolas públicas de Manaus em jogos de azar e sua tomada de decisão financeira, Laves (2024) assevera que a falta de educação financeira entre os

jovens, associada à facilidade de acesso às apostas online, expõe uma camada vulnerável da população aos riscos de decisões financeiras impulsivas. A pesquisa constatou que 61,7% dos estudantes já participaram de apostas online, como o "jogo do tigrinho", porém, ao serem questionados sobre o nível de conhecimento referente as consequências financeiras das apostas online, a maioria dos alunos, 48,4%, indicou que não possui conhecimento sobre esse tema. A autora conclui pela importância de iniciativas educacionais, especialmente a inclusão de educação financeira no ensino básico, capacitando os jovens a reconhecerem os riscos das apostas e reduzindo os efeitos sociais adversos.

Essa abordagem integra o desenvolvimento econômico com a proteção social, uma preocupação exposta por Mota e Padilha (2024), que defendem a necessidade de uma estrutura regulatória robusta para minimizar os prejuízos sociais associados aos jogos de azar. Nesse contexto, o estudo de Laves (2024) complementa essa perspectiva ao enfatizar a educação financeira como uma ferramenta essencial para capacitar os jovens a compreenderem os riscos e tomarem decisões mais conscientes sobre essas atividades. Assim, a regulamentação, quando combinada com iniciativas educacionais, poderia não apenas ampliar os benefícios econômicos, mas também proteger grupos mais vulneráveis, promovendo um equilíbrio entre desenvolvimento socioeconômico e bem-estar social.

A fim de contribuir com o desenvolvimento de estratégias voltadas para a mitigação dos impactos negativos das apostas nas finanças pessoais, Carvalho (2024) se propôs a investigar como as teorias das finanças comportamentais, especialmente a Teoria do Prospecto de Kahneman e Tversky (1979), explicam a tomada de decisão dos apostadores esportivos e o impacto dessa prática nas finanças pessoais. Ao mapear o perfil demográfico e financeiro dos apostadores em Florianópolis, destacando que a maioria são jovens entre 18 e 30 anos, predominantemente homens e com nível de formação elevado, o autor observou que, a longo prazo, 60% a 80% dos jogadores perdem dinheiro, fato que reforça a necessidade de compreender os vieses cognitivos associados à prática. Nesse sentido, Carvalho (2024) conclui que o comportamento dos apostadores se assemelha ao de investidores, especialmente em relação à aversão à perda. Em

situações de ganho, eles mostram preferência por garantias menores, enquanto em situações de perda tendem a correr maiores riscos para evitar prejuízos. O autor sugere ainda que a conscientização sobre princípios financeiros básicos, como equilíbrio entre consumo e poupança, controle de dívidas e gestão de riscos, pode reduzir comportamentos que levam ao endividamento e ao estresse financeiro.

Contribuindo para a discussão, dado que grande parte das pesquisas traçam o público jovem masculino como principais apostadores, Araujo (2024) buscou traçar o perfil demográfico dos apostadores de Naviraí, Mato Grosso do Sul. Utilizando uma abordagem quantitativa-descritiva com uma amostra de 143 participantes, o autor notou que, diferente de outras pesquisas, o público da cidade apresentou predominância feminina (56%) ao se tratar de jogos de azar. Além disso, os dados indicaram que a maioria dos apostadores tinha entre 18 e 34 anos, com renda de até dois salários-mínimos, sendo os cassinos online a modalidade preferida (61%). Essas diferenças destacam a necessidade de cuidados específicos e reforçam a complexidade do tema, especialmente em contextos regionais que contrastam com tendências nacionais.

O estudo também revelou que 52% dos apostadores relataram perdas financeiras superiores aos ganhos, e 11% admitiram ter deixado de pagar contas para continuar apostando. Segundo Araujo, esses comportamentos foram amplamente influenciados por estratégias de marketing nas redes sociais e pela percepção ilusória de controle sobre os resultados. O autor concluiu que os riscos de compulsão e endividamento apontam para a necessidade de aprofundar a análise dos impactos financeiros e emocionais das apostas, considerando o papel da tecnologia e da publicidade no comportamento dos apostadores.

Cavalcante (2024) amplia essa perspectiva ao argumentar que as apostas esportivas são, em essência, uma busca por excitação, alinhada à teoria dos “Processos Civilizadores” de Norbert Elias. O autor argumenta que a sociedade moderna, ao reprimir formas mais espontâneas de excitação e transgressão, incentiva a procura por atividades que possibilitem a liberação dessas emoções de forma socialmente aceitável, concluindo que, nesse contexto, tornam-se um “condimento” que intensifica a emoção de assistir a esportes, transformando momentos de lazer em experiências de tensão e risco.

Assim, após a revisão dos trabalhos acadêmicos sobre a legalização e seus impactos, conclui-se que a regulamentação desse setor envolve uma interação complexa entre aspectos jurídicos, econômicos e sociais. Embora os avanços normativos, como a Lei 13.756/18 e a Lei 14.790/23, representem marcos importantes, persistem lacunas que dificultam a arrecadação tributária, a proteção dos consumidores e o combate a práticas ilegais. Os estudos destacam a necessidade de políticas públicas que conciliem os benefícios econômicos com estratégias de enfrentamento dos custos sociais, como vício em jogos, endividamento e impactos nas famílias de baixa renda. Medidas como educação financeira, campanhas de conscientização e mecanismos de autoexclusão são fundamentais para mitigar esses desafios e promover um ambiente regulado mais seguro.

Além disso, o tema revela uma complexidade que abrange variáveis demográficas, regionais e comportamentais, exigindo abordagens específicas para diferentes públicos. A inclusão de especialistas, organizações civis e educadores no debate é essencial para o desenvolvimento de um marco regulatório que equilibre desenvolvimento econômico e proteção social, respeitando os limites éticos e culturais. Nesse sentido, a literatura aponta para temas emergentes, como os impactos psicológicos das apostas e as particularidades regionais dos apostadores, que evidenciam a necessidade de pesquisas futuras.

4.2 Responsabilidade civil dos influenciadores digitais frente à publicidade de jogos de azar online

Embora pouco distante do interesse das pesquisas sobre regulamentação e seus impactos, a responsabilização civil de “*influencers* do tigrinho” também tem sido estudada e está gerando importantes debates acadêmicos na literatura atual.

A pesquisa de Silva, Cardoso e Passos (2022) destaca o papel central dos influenciadores digitais no ecossistema midiático e comercial contemporâneo. Com grande alcance e influência, eles moldam comportamentos e decisões de consumo, mas frequentemente operam em um cenário de regulação insuficiente. Equiparados a fornecedores pelo Código de Defesa do Consumidor, esses profissionais podem

ser responsabilizados civil e penalmente por danos causados por publicidade enganosa ou omissões de informações essenciais. A pesquisa também enfatiza que a liberdade de expressão não pode justificar violações de direitos individuais ou coletivos, reforçando a urgência de regulamentações específicas para garantir maior segurança jurídica e proteção aos consumidores.

Os autores exploram também os impactos sociais e econômicos dos influenciadores, destacando sua atuação especialmente sobre públicos jovens e infantis. A percepção de autenticidade e a naturalização da exposição pessoal tornam suas práticas altamente eficazes na promoção de produtos e serviços. O estudo conclui pela necessidade de um equilíbrio entre liberdade de expressão e responsabilização, apontando que regulamentações claras beneficiariam tanto consumidores quanto os próprios influenciadores no ambiente digital.

Contudo, essa posição privilegiada traz à tona questões jurídicas relacionadas à responsabilidade civil, especialmente quando envolvem práticas publicitárias duvidosas, como no caso da promoção de jogos de azar online.

Nesse contexto de gigantesca expansão das redes sociais, utilizando leituras de obras acadêmicas, consultas a instituições de pesquisa e análise jurisprudencial para embasar sua discussão, Marçal (2023) aponta que os influenciadores digitais emergem como figuras centrais, substituindo as celebridades tradicionais em seu papel de protagonismo na veiculação de mensagens persuasivas, visto a sua capacidade de moldar comportamentos e decisões de seus seguidores, exercendo um papel fundamental na divulgação de produtos e serviços. A autora afirma que, sob essa ótica, os influenciadores não são apenas intermediários, mas também partícipes ativos no estímulo ao consumo de serviços potencialmente lesivos, podendo incorrer em questões complexas, como a responsabilidade civil, especialmente em contextos onde os consumidores se sintam enganados ou prejudicados por práticas ilícitas.

Marçal (2023) conclui que o poder de influência dessas figuras deve ser exercido com responsabilidade e transparência, respeitando não apenas a legislação vigente, mas também os direitos e a segurança dos consumidores. Ela defende ainda que somente com uma legislação clara e aplicável será possível

equilibrar a liberdade de atuação desses profissionais com a proteção do interesse público, garantindo um ambiente digital mais ético e justo.

O trabalho de Souza (2024) amplia essa discussão ao apontar que esses profissionais utilizam a credibilidade construída com seus seguidores para promover produtos, muitas vezes sem transparência sobre os riscos associados a esses serviços. A autora expõe que a publicidade de jogos de azar online é particularmente problemática, dado que esses jogos frequentemente induzem ao erro consumidores vulneráveis, apresentando cenários simulados de sucesso que mascaram as reais probabilidades de ganho.

Nesse contexto, Souza reforça, assim como Marçal (2023), que os influenciadores digitais podem ser responsabilizados civilmente ao enganar seus seguidores ou incentivá-los a consumir produtos e serviços de alto risco, como jogos de azar, sem oferecer informações claras e essenciais. A autora apresenta evidências de manipulação em materiais publicitários, nos quais influenciadores simulam ganhos irreais utilizando contas demo fornecidas pelos anunciantes, mas os divulgam como experiências genuínas. Essa prática viola os direitos básicos do consumidor, especialmente o direito à informação clara e verdadeira previsto no art. 6º do CDC. Souza conclui que tais ações configuram publicidade ilícita e, portanto, sujeitam os influenciadores à responsabilidade objetiva, uma vez que essas práticas criam expectativas irreais e geram danos econômicos e psicológicos aos consumidores, ademais, constatou-se que há uma tentativa de mudança no posicionamento tradicional de que apenas os anunciantes/fornecedores respondem por publicidade enganosa ou abusiva, incluindo, assim, também, a figura do influenciador digital.

Embora o ordenamento jurídico brasileiro preveja medidas para coibir práticas publicitárias ilícitas e proteger o consumidor, no que tange a regulação específica da atividade dos influenciadores ainda é incipiente, uma vez que a responsabilização efetiva não ocorre de maneira satisfatória. Nesse sentido, os estudos apresentados contribuem para o aprimoramento de propostas legislativas que visam regularizar essa situação, como o PL nº 10937/2018, que, dentre outros atributos, busca regulamentar a profissão, estabelecendo parâmetros claros de responsabilidade. Enquanto isso, o entendimento jurisprudencial caminha para a ampliação da

responsabilidade dos influenciadores digitais, considerando sua atuação determinante no processo de consumo da sua audiência.

4.3 Desvio de recursos de programas sociais para os jogos de azar

Cavalcante e Xavier (2024) investigaram, a partir da perspectiva da gestão pública e dos benefícios sociais, os desvios de recursos de programas sociais no Brasil, como Bolsa Família, Vale-Gás e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Por meio de uma abordagem qualitativa, com análise documental de relatórios governamentais, revisão de literatura e dados estatísticos, os autores buscaram compreender as causas, consequências e impactos do uso inadequado desses recursos, com foco especial nos desvios para jogos de azar e bebidas alcoólicas.

Os resultados da pesquisa demonstraram que, embora os programas sociais desempenhem papel essencial na redução da pobreza, sua eficácia é comprometida pela falta de fiscalização eficaz e pela ausência de mecanismos que impeçam o desvio de recursos para jogos de azar. Além disso, identificou-se que muitos beneficiários desconhecem os riscos associados ao jogo patológico e não recebem orientação sobre o uso adequado dos recursos. Para mitigar esses problemas, os autores propõem medidas como a implementação de programas de educação financeira específicos, que incluam conscientização sobre os perigos do jogo, o fortalecimento dos mecanismos de controle e a integração de políticas públicas com a saúde mental dos beneficiários.

Esse é o único trabalho encontrado na literatura com a proposta específica de investigar os desvios de recursos de programas sociais no Brasil para jogos de azar. A escolha desse foco é especialmente relevante, considerando que o jogo patológico é reconhecido como um problema de saúde pública que afeta não apenas os indivíduos diretamente envolvidos, mas também suas famílias e comunidades. O uso de benefícios sociais em apostas, frequentemente impulsionado pela promessa de ganhos rápidos, perpetua ciclos de pobreza e endividamento, agravando ainda mais a vulnerabilidade das famílias beneficiadas.

Nesse sentido, corroborando com o entendimento dos autores sobre a urgência e relevância do tema, ao momento em que este estudo estava sendo feito, o Tribunal de Contas da União (TCU), através do ministro Jhonatan de Jesus,

determinou que o governo federal adote medidas para impedir que beneficiários do Bolsa Família usem recursos recebidos do programa social com apostas online (bets). A decisão, conforme matéria publicada pela Agência Brasil (2024), destaca a necessidade urgente de mecanismos mais rigorosos de controle e fiscalização, alinhando-se às propostas de Cavalcante e Xavier (2024). As medidas incluem o monitoramento do uso dos recursos e campanhas de conscientização para garantir que os benefícios sejam utilizados para atender às necessidades básicas das famílias, como alimentação e saúde.

Portanto, com base na análise da pesquisa e das medidas adotadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conclui-se que o combate ao uso inadequado de benefícios sociais é fundamental para assegurar a eficácia das políticas de transferência de renda. Além disso, é imprescindível promover a inclusão social de maneira sustentável, complementando essas ações com a educação financeira dos beneficiários. Tal abordagem contribui para evitar erros que possam comprometer o orçamento familiar, fortalecendo a autonomia econômica e a cidadania dos usuários desses programas.

4.4 Inexigibilidade da dívida de apostas

Silva (2023) investigou, com base em uma revisão normativa e doutrinária, como as apostas esportivas on-line podem ser classificadas (proibidas, toleradas ou permitidas) e como essa classificação afeta a segurança jurídica das obrigações contratuais. O autor analisou legislações como o Código Civil e a Lei nº 13.756/2018, além de decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para concluir que, antes da regulamentação, as apostas tendem a ser consideradas juridicamente inexigíveis, caracterizando suas dívidas como obrigações naturais. Contudo, após a regulamentação, será possível reconhecer apostas de quota fixa como lícitas e plenamente exigíveis. Silva também destaca que, mesmo sem regulamentação, contratos firmados com plataformas estrangeiras podem ter validade no Brasil, desde que respeitem as normas do país de origem, conforme prevê a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

Adicionalmente, o autor aponta incoerências no ordenamento jurídico brasileiro, que rejeita a exigibilidade das dívidas de apostas enquanto permite

operações financeiras especulativas igualmente arriscadas, como contratos diferenciais. Silva (2023) enfatiza que ambas as atividades compartilham riscos como manipulação e desenvolvimento de vícios, exigindo um tratamento legislativo mais uniforme. Ele defende a proteção ao consumidor, frequentemente vulnerável, por meio de princípios como boa-fé objetiva e caráter vinculante da oferta. Por fim, o autor reforça a necessidade de uma regulamentação clara para garantir segurança jurídica, evitar práticas abusivas e alinhar o tratamento jurídico às demandas econômicas e sociais do mercado de apostas on-line.

Zini (2023) amplia o entendimento ao incluir os jogos de azar em sua análise, bem como a discussão sobre o Projeto de Lei 442/91, que busca regulamentar a prática no país. De forma semelhante e complementar a Silva (2023), o autor afirma que dívidas de jogos ilícitos e tolerados são juridicamente inexigíveis, mas podem ser retidas se pagas voluntariamente, salvo em situações de dolo ou incapacidade do devedor. Em contrapartida, as dívidas provenientes de jogos autorizados são plenamente exigíveis, assim como as contraídas no exterior, em países onde a prática é regulamentada, mesmo que seja considerada ilegal no Brasil.

4.5 Considerações sobre a literatura analisada

Os estudos, de maneira geral, apresentam uma concentração significativa em polos acadêmicos e econômicos brasileiros, com destaque para São Paulo, Distrito Federal e outras capitais como Curitiba, Porto Alegre e Manaus. Ademais, mostraram-se, na maior parte, com abordagens metodológicas essencialmente voltadas para a revisão bibliográfica, documental e jurisprudencial, de caráter qualitativo e com tendência de investigar os impactos dos jogos de azar e apostas online (e.g., Silveira, 2020; Silva, 2023; Zini, 2023; Parente, 2023), evidenciando uma lacuna significativa de pesquisas empíricas quantitativas, auferidas junto a órgãos nacionais, que poderiam fornecer um panorama mais preciso do cenário nacional, importante para o avanço dos estudos e consequente auxílio aos legisladores na tomada de decisões mais assertivas acerca do assunto no país. Ademais, nota-se a prevalência de investigações focadas em aspectos jurídicos e regulatórios, com ênfase particular nas implicações da Lei 13.756/18 e da recente Lei 14.790/2023 (e.g., Vital et al., 2023; Gomes, 2024; Almeida, 2024).

A literatura tem buscado identificar, majoritariamente, os impactos referente a legalização dos jogos de azar e apostas online, relacionando os benefícios econômicos com os impactos sociais advindos (Camargo, 2020; Silveira, 2020; Araújo et al., 2023; Vital et al., 2023; Parente, 2023; Junior et al., 2024; Marinho e Gomes, 2024; Almeida, 2024; Gomes, 2024; Mota e Padilha, 2024), havendo uma carência de estudos mais detalhados que investiguem possíveis benefícios sociais da regulamentação, como geração de empregos e desenvolvimento regional. Esta lacuna é particularmente relevante considerando que experiências internacionais sugerem impactos positivos significativos em termos de desenvolvimento econômico local. Nesse sentido, autores também expuseram os pontos negativos caso não haja uma regulamentação eficiente no setor (Camargo, 2020; Parente, 2023; Junior et al., 2024; Marinho e Gomes, 2024; Gomes, 2024; Rasteli e Santos, 2024; Mota e Padilha, 2024).

Outras vertentes também são fonte de análise, como os impactos nas relações de consumo (Silva, Cardoso e Passos, 2020; Marçal, 2023; Souza, 2024) e nas finanças pessoais, como endividamento pessoal/familiar do indivíduo e educação financeira (Araujo, 2024; Carvalho, 2024; Laves, 2024; Cavalcante e Xavier, 2024; Silva, 2023; Zini, 2023), mas de forma menos detalhada.

Uma característica marcante dos estudos analisados é a interdisciplinaridade na abordagem do tema, conjugando elementos do Direito Financeiro, Direito Tributário, Economia e Ciências Sociais (e.g., Silveira, 2020; Marinho e Gomes, 2024; Mota e Padilha, 2024). Esta multiplicidade de perspectivas tem contribuído para uma compreensão mais holística do fenômeno, embora ainda persistam lacunas importantes na integração desses diferentes campos do conhecimento. Observa-se também uma tendência crescente de estudos voltados para aspectos comportamentais e psicológicos dos apostadores, com destaque para investigações sobre o perfil demográfico e padrões de comportamento (e.g., Cavalcante, 2023; Carvalho, 2024; Araujo, 2024; Laves, 2024).

Um aspecto emergente na literatura é a preocupação com a responsabilidade civil dos influenciadores digitais na promoção de jogos de azar online (e.g., Silva, Cardoso e Passos, 2022; Marçal, 2023; Souza, 2024). Este tema, ainda incipiente nas pesquisas, demanda maior aprofundamento, especialmente considerando o

papel crescente desses atores na formação da opinião pública e nas decisões de consumo. A literatura tem apontado para a necessidade de regulamentação específica desta atividade, embora ainda faltem estudos empíricos que dimensionem o real impacto desta influência no comportamento dos apostadores.

Assim, em termos gerais, apesar da discussão acerca dos jogos de azar ainda girar em torno de aspectos regulatórios, é notada uma mudança importante nos últimos anos, sobretudo relacionada aos marcos legislativos alcançados pela Lei nº 13.756/2018 e a Lei 14.790/23, que, por um lado, trouxeram mais estabilidade a questões como arrecadação tributária e fiscalização de empresas estrangeiras que atuam no país, e por outro, deixaram lacunas que refletem a falta de regulamentação abrangente para outras modalidades de jogos de azar, limitam o alcance desses marcos legais (Menezes, 2023; Almeida, 2024; Junior, Shockness e Azevedo, 2024) e o interesse por investigações que explorem os impactos sociais e psicossociais dessas políticas de regulamentação adotadas no país.

Estudos recentes destacam a importância de medidas educativas para mitigar comportamentos de risco, como o endividamento e o vício em jogos. A inclusão de programas de educação financeira nas escolas e campanhas de conscientização são frequentemente citadas como soluções viáveis para reduzir os efeitos adversos da expansão do mercado regulado (Laves, 2024; Carvalho, 2024; Araujo, 2024). Essas iniciativas, quando combinadas com políticas de proteção ao consumidor, como limites de apostas e mecanismos de autoexclusão, podem contribuir para um mercado mais equilibrado e seguro (Marinho e Gomes, 2024).

4.6. Agenda de pesquisa

Como apresentado anteriormente, a literatura tem investigado os impactos econômicos e sociais dos jogos de azar e apostas online de forma qualitativa. No entanto, torna-se relevante a realização de estudos quantitativos mais abrangentes, que possam mapear com maior precisão o perfil dos apostadores brasileiros e o impacto econômico do setor. Estudos longitudinais que acompanhem as mudanças comportamentais dos apostadores ao longo do tempo também seriam valiosos para compreender a evolução dos padrões de jogo e seus impactos sociais.

Uma linha de investigação promissora refere-se à análise comparativa mais complexa entre diferentes jurisdições que já regulamentaram o setor, identificando práticas bem-sucedidas que poderiam ser adaptadas ao contexto brasileiro, atualizando os estudos de Silveira (2020), Camargo (2020), Araújo, Silva e Acoli (2023), Menezes (2023), Parente (2023). Neste sentido, seria pertinente investigar como diferentes marcos regulatórios fora do país têm lidado com questões como prevenção à lavagem de dinheiro, proteção de dados dos usuários e combate ao vício em jogos.

A relação entre jogos de azar e vulnerabilidade social também merece maior aprofundamento. Pesquisas futuras poderiam investigar como diferentes grupos socioeconômicos são afetados pela legalização das apostas, com particular atenção para comunidades de baixa renda e grupos marginalizados. Neste contexto, seria relevante avaliar a efetividade de programas de educação financeira e prevenção ao vício em diferentes contextos sociais.

Ademais, o papel dos influenciadores digitais na promoção de jogos de azar online representa uma área particularmente promissora para pesquisas futuras. Estudos poderiam investigar a eficácia de diferentes estratégias de marketing digital, o impacto nas decisões de consumo dos seguidores e as implicações éticas e legais desta forma de publicidade. Ademais, pesquisas sobre a responsabilidade civil destes atores poderiam contribuir para o desenvolvimento de marcos regulatórios mais adequados.

O desvio de recursos de programas sociais para jogos de azar também emerge como um tema crucial que demanda maior investigação acadêmica. Estudos futuros poderiam analisar a efetividade de diferentes mecanismos de controle, o impacto nas famílias beneficiárias e possíveis estratégias de prevenção. Esta linha de pesquisa poderia contribuir significativamente para o aperfeiçoamento de políticas públicas de transferência de renda.

Por fim, considerando a recente regulamentação do setor no Brasil, mostra-se fundamental o desenvolvimento de estudos que acompanhem a implementação das novas normas, avaliando sua efetividade na prevenção de problemas sociais e na promoção do desenvolvimento econômico. Tais estudos poderiam fornecer

subsídios importantes para o aperfeiçoamento do marco regulatório e para o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas.

5. Considerações Finais e Conclusão

Este estudo teve como objetivo analisar as perspectivas e os impactos econômicos, sociais e regulatórios dos estudos sobre casas de aposta no Brasil, utilizando a metodologia de revisão integrativa da literatura. A investigação revelou importantes contribuições e lacunas na produção acadêmica sobre o tema, fornecendo subsídios para discussões futuras e a formulação de políticas públicas mais eficazes. Entre os principais achados, destaca-se o crescimento expressivo do mercado de apostas online no Brasil, impulsionado pela regulamentação parcial estabelecida pelas Leis nº 13.756/2018 e nº 14.790/2023. Contudo, a ausência de uma regulamentação abrangente para outras modalidades de jogos de azar evidencia desafios como a evasão fiscal, a proteção insuficiente aos consumidores e o aumento de práticas ilícitas. Além disso, foram observados impactos sociais relevantes, como o endividamento de apostadores e os efeitos negativos sobre populações mais vulneráveis.

As implicações práticas desta pesquisa indicam a necessidade urgente de políticas que equilibrem os benefícios econômicos do mercado regulado com medidas de proteção social. Dentre essas, destacam-se a inclusão de programas de educação financeira, campanhas de conscientização e mecanismos de prevenção ao vício em jogos, como limites de apostas e ferramentas de autoexclusão. Além disso, é essencial o fortalecimento da fiscalização e a ampliação do debate sobre a responsabilidade civil de influenciadores digitais que promovem apostas online.

Este trabalho possui limitações inerentes à abordagem metodológica, como a exclusão de estudos internacionais que poderiam fornecer um panorama mais amplo e a restrição do recorte temporal analisado. No entanto, as conclusões oferecem uma base sólida para futuras investigações, que poderão explorar com maior profundidade os impactos regionais e demográficos das apostas no Brasil. Por fim, recomenda-se a continuidade de estudos empíricos e comparativos que analisem diferentes modelos regulatórios internacionais, bem como a interação entre os aspectos jurídicos, econômicos e sociais das apostas no Brasil. Com isso,

espera-se contribuir para o avanço do conhecimento acadêmico e para a elaboração de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

Referências

ARAÚJO, João Victor de Oliveira; SILVA, Diego Jonathan de Souza Silva; ACIOLI, Bruno de Lima. Legalização dos jogos de azar no Brasil: uma análise sobre seus possíveis benefícios. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 25886–25901, 2023.

ALMEIDA, Luiz Henrique Maximiano de. **A legalidade das apostas esportivas on-line no Brasil: análise à luz da perspectiva atual**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2024.

PARENTE, Thiago Beserra. **Regulamentação e tributação das apostas esportivas no ordenamento jurídico brasileiro**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

MENEZES, Maria Eduarda Silva. **Apostas esportivas on-line: regulamentação e tributação**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, Distrito Federal, 2023.

SILVA, R. da G. Contratos de apostas esportivas online: questões atuais sobre a (in)exigibilidade das dívidas de jogo ou aposta. **Revista Brasileira de Direito Civil**, [S. l.], v. 32, n. 02, p. 281, 2023.

MARINHO, Paulo Henrique Sousa; GOMES, Mateus Pereira. REGULAMENTAÇÃO DOS CASSINOS E CASAS DE APOSTAS ONLINE NO BRASIL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 6, p. 2001–2015, 2024.

VITAL, Kaique Oliveira Vital; SANTOS, Ícaro Martins Evangelista dos; NETO, Ladislau Pereira de Azevedo; JÚNIOR, Adivé Cardoso Ferreira. Importância da lei

13.756/18 no processo de regulação das apostas esportivas ante os benefícios socioeconômicos. **Graduação em movimento**, v. 1, n. 3, p. 61-77, 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estudo Especial nº 119 de setembro de 2024.

Análise técnica sobre o mercado de apostas online no Brasil e o perfil dos apostadores. 2024.

VASCONCELOS, Heloísa; BORGES, Larissa. **Setor de apostas esportivas mais que dobrou em 2023**. Aposta Legal Brasil, 10 de jul. 2024.

CARVALHO, Bruno Lima. **O Impacto das Apostas Esportivas nas Finanças Pessoais: Uma análise do apostador esportivo em Florianópolis**. 2024.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências da Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

CAVALCANTE, Fernando Resende. Em busca de mais excitação: reflexões acerca das apostas esportivas. **Movimento**, [S. l.], v. 30, p. e30010, 2024.

JUNIOR, Gilson Lopes Moreira; SHOCKNESS, Herman Winte Rodrigues; AZEVEDO, Delner do Carmo. Relação do Estado brasileiro com os jogos de azar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 10, p. 4656–4672, 2024.

LAVES, Jéssica Mirian Sampaio. **Envolvimento em jogos de azar entre os alunos do 3º ano do ensino médio de escolas públicas de Manaus: a relevância da educação financeira para evitar decisões equivocadas**. 2024.

CAVALCANTE, Ailton Ferreira; XAVIER, Marcelo Francisco. Desvio de recursos de programas sociais no Brasil: a utilização indevida em atividades como jogos de azar e consumo de bebidas. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. e1191, 2024.

RODRIGUES, Andre.; FREITAS, Claudia Regina de; FREITAS, Claudio Luiz de. Educação financeira para jovens e adultos: um estudo sobre conhecimento, endividamento e impacto psicossocial. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 10, p. e4353, 2024.

HARTMANN, Aandrei L.; BARONI, Ana Karina .; DOMINGOS, António .; MALTEMPI, Marcus . A Educação Financeira no Brasil e em Portugal: Percursos e reflexões sobre as propostas voltadas à Educação Básica e Secundária. **Quadrante**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 112–132, 2024. MOTA, Heloísa de Souza. PADILHA, Marcelo Fróes. Jogos de azar no Brasil: seu histórico legal entre 1946 e 2024 e análise sobre os impactos sociais e econômicos de uma possível legalização. **Revista Conexão Acadêmica**, v. 15, p. 37-55, jul. 2024

BATISTA, Leandro Xavier; PARTYKA, Raul Beal; LANA, Jeferson. Regulação dos jogos de bingo no brasil: uma análise do ambiente de não mercado. **Revista de Administração Faces Journal**, v. 20, n. 2, 2022.

RASTELI, Pedro Ernesto Mascarenhas; SANTOS, Valdivino Passos. A (i)legalidade dos jogos de azar na modalidade online no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 4, p. 2759–1274, 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei 2234/2022**, de 4 de março de 2022. Projeto de Lei que dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional [...]. Brasília, Senado Federal, 4 mar. 2022.

SOUZA, Adlla Yasmim Dantas de. **É apenas entretenimento?** análise da responsabilidade civil dos influenciadores digitais frente à publicidade de jogos de azar online. Orientador: Fábio Luiz de Oliveira Bezerra. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 14.790/2023, de 29 dezembro de 2023**. Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa [...]. Brasília: Presidência da República, 29 dez. 2023.

TARTUCE, Flávio; SCHREIBER, Anderson; SIMÃO, José Fernando. **Código Civil Comentado**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2023

GOMES, Luis Gustavo Cruz. **Princípio da legalidade penal e jogos online**. 2024.. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

ARAUJO, Magno Pereira de. **Análise do perfil dos apostadores em jogos esportivos e cassinos online**: um estudo quantitativo em Naviraí (MS). 2024.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Naviraí, 2024.

CAMARGO, Marília Teixeira. **A legalização dos jogos de azar e cassinos no Brasil**. 2020. Trabalho de conclusão de curso Bacharelado em Direito). 2020. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

MARÇAL, Carolina Hespanhol Pinheiro. **A responsabilidade civil dos influenciadores digitais que fazem publicidade de plataformas digitais de jogos de azar e apostas online à luz do ordenamento jurídico brasileiro**. 2023.

SILVA, Alisson Henrique da; CARDOSO, Jacqueline Ribeiro; PASSOS, Fábio Presoti. A responsabilidade civil e penal dos influenciadores digitais. **Libertas Direito**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2022.

RICHTER, André. TCU determina medidas para proibir uso do Bolsa Família para apostas. Agência Brasil, 2024.

LANZA, Luíza. **Educação financeira**: 59% dos brasileiros não sabe como organizar o orçamento. e-Estadão, 20 de mai. 2024.

SILVEIRA, João Vitor Kanufre Xavier da. **A exploração dos jogos de azar no Brasil**: uma perspectiva à luz do direito financeiro. 2020.

ZINI, André Peterlevitz. **Legalidade dos jogos e apostas no Brasil**: um olhar sobre a cobrança de dívida decorrente de sua prática. 2023.